

ÁGUA MINERAL

# Nova lei cria regras para uso de embalagens retornáveis

## Medida foi sancionada pelo governador e já entrou em vigor

Foram estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro novas diretrizes para o uso e transporte de vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral, potável de mesa e água adicionada de sais. A determinação é da nova lei estadual 10.003, de 2023, de autoria da deputada estadual Lucinha (PSD), que foi sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada na edição extra do Diário Oficial do Estado da última quarta-feira, 26.

De acordo com a nova lei, os vasilhames devem ser fechados automaticamente por meio de sistema de comprovada eficácia de vedação, para impedir o vazamento da água e sua possível contaminação;

somente é permitida a reutilização de vasilhames plásticos retornáveis em volumes de dez litros ou mais de capacidade nominal; os vasilhames devem apresentar transmissão de luz regular mínima de 60%, aplicada aos corpos de prova retirados da parte cilíndrica dos mesmos, entre outros.

O descumprimento das obrigações acarretará ao infrator a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, notadamente na lei federal 6.437, de 20 de agosto de 1977, e no Código de Defesa do Consumidor. As indústrias fabricantes de vasilhame terão 60 dias após a data de publicação desta nova lei para se adequarem às suas normas, ou seja até 26 de junho.



### CONCESSIONÁRIA ROTA 116 S/A. CNPJ: 04.252.787/0001-30

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas e Funcionários.** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos, a seguir, as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhados de parecer dos Auditores Independentes. Relativamente ao cenário econômico nacional apresentado no ano anterior, a Companhia continua percebendo que o tráfego de veículos, vem se mantendo estável, porém bem abaixo do previsto no contrato. As quatro praças de pedágio vem mantendo-se estáveis em relação ao ano anterior. Como a Administração está sempre atenta à permanente utilização racional dos recursos humanos e financeiros, aplicando, sempre que necessário, medidas de redução de custos e despesas e diante da incerteza do cenário econômico, que o País vem enfrentando, também afetado pelo cenário internacional, a Empresa vem envidando todos os esforços na conservação e manutenção do pavimento e na sinalização em prol da segurança dos usuários. A Concessionária, apresentou o seu interesse na prorrogação do prazo contratual, em prazo igual ao inicialmente concebido, uma vez que retine todas as condições técnicas e operacionais para tanto, de acordo com a possibilidade de prorrogação do contrato de concessão, conforme Cláusula Sexta, do Contrato de Concessão nº 08/2001. Ademais, diante do intervalo decorrido do pedido de requisição contratual protocolado em 2017 e da consequente alteração do cenário inicial, as premissas e fundamentos do pedido de requisição contratual foram atualizadas em dezembro de 2018, abordando pontos como a imprevisibilidade na redução do tráfego de veículos em comparação aos estudos elaborados pela Administração em 1999, o aumento exponencial de motocicletas na rodovia, as isenções concedidas pelo Estado sem previsão orçamentária, dentre outros. Atualmente, o pleito encontra-se em análise perante os órgãos técnicos e jurídicos da Agência Reguladora. A Companhia trabalha em um ambiente ético, oferecendo aos seus Usuários, conforto, qualidade, fluidez e segurança. Também investe sistematicamente em treinamentos comportamentais em seus processos administrativo-operacionais, através de mecanização e integração dos diversos sistemas gerenciais. Desta forma, atinge seu objetivo principal, que se resume em atender plenamente o nosso Cliente e os nossos Acionistas, com total comprometimento da Empresa, tendo como premissa fundamental nosso Apoio, Confiança e Respeito. Agradecemos a todos nossos parceiros - fornecedores, prestadores de serviços e financeiros, que contribuíram para chegarmos juntos até aqui, trabalhando sempre em parceria tanto nos problemas, quanto em nossas soluções. Finalmente, agradecemos em especial, a todos nossos Funcionários que com profissionalismo e dedicação contribuíram e têm contribuindo, para a realização de nossas metas e desafios, pois só trabalhando com espírito de equipe é que conseguiremos sobrepujar nossas dificuldades através do princípio da plurilateralidade e da complementariedade. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)			
Ativo	Nota	2022	2021
<b>Circulante:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.677.384	9.090.201
Contas a receber - numerário em trânsito		5.064.717	3.952.268
Outros créditos	5	544.174	385.182
		<b>18.286.275</b>	<b>13.427.651</b>
<b>Não Circulante:</b>			
Realizável a longo prazo			
Outros créditos	5	642.827	639.072
Intangível	6	92.355.414	114.049.994
		92.998.241	114.689.066
		<b>111.284.516</b>	<b>128.116.717</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS, EXCETO O PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO)			
	2022	2021	
Receitas operacionais			
Receitas tarifárias	80.911.820	73.044.911	
(-) Impostos incidentes	(7.235.423)	(6.531.936)	
Despesa operacional líquida	73.676.397	66.512.975	
Custo dos serviços prestados	(76.923.607)	(67.260.452)	
Prejuízo bruto	(3.247.210)	(1.107.477)	
Despesas operacionais:			
Despesas com pessoal	(1.045.269)	(922.466)	
Despesas administrativas	(2.769.406)	(2.516.329)	
Resultado financeiro, líquido	388.936	(105.151)	
	(3.425.739)	(3.543.946)	
Prejuízo do exercício	(6.672.949)	(4.651.423)	
Prejuízo do exercício por ação	(0,30)	(0,21)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)

**1 - Contexto Operacional** - A Companhia tem por objeto exclusivo a exploração, no regime de Concessão, pelo Poder Concedente a Concessionária, dos serviços que envolvem a exploração e operação do Sistema Viário Laboral - Nova Friburgo - Cantagalo abrangendo as rodovias: RJ-116, trecho entroncamento RJ-104 (Itaboraí) - entroncamento RJ-172 (Macacu); e o trecho da RJ-104 compreendido entre o entroncamento BR-101 (contorno de Itaboraí - Duques) e o entroncamento com RJ-116. O prazo de duração da Concessionária é de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogável pelo mesmo período em que for prorrogado o Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como seu representante o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro - DER-RJ, originário do Edital de Concorrência Nacional nº 01/99 - DER-RJ, sendo devidamente registrado, na Junta Comercial do Estado, NIRE 33.300.267.786. Em 23 de novembro de 2022, a Companhia protocolou junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANS), o pedido de Prorrogação do Prazo Contratual, por período igual ao originalmente pactuado, conforme Parágrafo Segundo, da Cláusula Sexta, do Contrato de Concessão. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Em 2022 e 2021 a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em 31 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes: **3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Registros contábeis** - Os registros contábeis das transações consideram o regime de competência dos exercícios. **b) Estimativas contábeis** - A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo intangível, provisão para contingências, etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **c) Intangível** - A Companhia reconhece o ativo intangível originado do Contrato de Concessão, como direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, determinado e mensurado pelo valor dos custos gerados. A amortização acumulada está sendo realizada pelo prazo de duração da concessão da rodovia. Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição e formação e deduzidos da respectiva amortização. **d) Avaliação do valor recuperável de ativos (impairment test)** - Os ativos da Companhia são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e se houver a mesma é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Em 2022 e 2021, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia. **e) Passivos circulantes e não circulantes** - São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço. **f) Impostos e contribuições sociais a reter** - As declarações de rendimentos, os impostos, as contribuições sociais e os demais tributos estão sujeitos às revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionários previstos em legislações específicas. **g) Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h) Tributação** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 240.000 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, em conversão à Medida Provisória 627/2013, que altera a legislação tributária federal, extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2015. Desta forma, a Administração efetivou a sua opção para a adoção, de forma obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2015, de acordo com a legislação tributária federal, e a legislação tributária estadual. **i) Encargos a apropriar** - A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Arrendamentos" a partir de 1º de janeiro de 2019. O pronunciamento introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de duração de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A aplicação da norma revisada, a partir de 1º de janeiro de 2019, não trouxe efeitos materiais sobre os montantes divulgados no período atual e em exercícios anteriores. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - O grupo de caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos correntes abaixo:

	2022	2021
Caixa	453.249	412.965
Bancos conta movimento	925.272	537.361
Troco nas praças	36.000	36.000
	1.414.521	986.326
Aplicações financeiras	11.262.863	8.103.875
	12.677.384	9.090.201

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, por Letras do Tesouro Nacional - LTNs, as quais são registradas pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão vinculadas a execução do contrato. **5 - Outros Créditos e Despesas Antecipadas**

	2022	2021
Circulante:		
Adiantamento a fornecedores	26.570	79.838
IRRF sobre aplicações financeiras	343.784	151.405
Adiantamentos de férias	36.282	45.056
Seguros a apropriar	137.428	108.576
Outros Descontos	110	307
	544.174	385.182
Não Circulante:		
Outros Créditos (ações judiciais)	642.827	639.072
	642.827	639.072

**6 - Intangível** - Composto conforme descrito a seguir:

	Taxa de amortização anual	2022	2021
Imobilizado em rodovia		265.678.282	263.289.288
Máquinas e equipamentos	*	2.646.250	2.646.250
Computadores e periféricos	*	755.837	755.837

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)			
	2022	2021	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Valores recebidos de clientes - líquido	79.699.468	72.191.411	
Valores pagos a fornecedores e empregados	(54.740.111)	(45.391.720)	
Impostos de renda e contribuição social pagos/ impostos incidentes	(5.979.556)	(4.895.331)	
Pagamento de contingências	(336.116)	(179.892)	
Outros recebimentos líquidos	809.885	136.620	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>19.453.571</b>	<b>21.861.088</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos:</b>			
Compra de bens para o intangível	(15.866.389)	(13.738.827)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(15.866.389)</b>	<b>(13.738.827)</b>	
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>3.587.183</b>	<b>8.122.261</b>	
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.090.201	967.939	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.677.383	9.090.201	
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.587.182</b>	<b>8.122.261</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>22.541.965</b>	<b>(29.342.029)</b>	<b>(6.800.064)</b>
Prejuízo do exercício		(4.651.423)	(4.651.423)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>22.541.965</b>	<b>(33.993.452)</b>	<b>(11.451.487)</b>
Prejuízo do exercício		(6.672.949)	(6.672.949)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>22.541.965</b>	<b>(40.666.401)</b>	<b>(18.124.436)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM REAIS)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Móveis e utensílios	331.172	331.172	6.546.230
Sistema de ar condicionado e softwares	6.546.230	4.391.284	134.861
Edificações e obras civis	4.391.284	134.861	10.042.921
Outras imobilizações	134.861	290.526.837	280.778.659
Investimentos em obras futuras na rodovia (nota 9)	10.042.921	(203.227.714)	(180.313.101)
Amortização acumulada	37.298.123	87.298.123	106.465.558
Direito da outorga	56.871.135	56.871.135	13.633.525
Variação monetária da outorga pela TBP	13.633.525	13.633.525	(51.814.844)
Amortização do direito de outorga	(51.814.844)	(49.286.699)	(13.633.525)
Amortização variação monetária da outorga	5.056.291	7.584.436	92.355.414
	92.355.414	114.049.994	

\* Todas as rubricas acima, estão sendo amortizadas de acordo com o prazo de duração restante da concessão da rodovia, que é de 3 e 6 meses. **7 - Transações entre Partes Relacionadas - 7.1. Construção e Mineração Serra e Mar Ltda.** Em 2022, foram efetuados desembolsos no montante de R\$ 38.950.000 (R\$ 32.300.000 em 2021). Os referidos desembolsos estão em conformidade ao disposto no Contrato de Empreitada por Preço Global, e seus aditivos, para a recuperação e ampliação das Rodovias RJ-104 e RJ-116, mantido com a Construção e Mineração Serra e Mar Ltda. - COMSEMA. Os serviços executados e faturados através do fornecedor COMSEMA em 2022, correspondem a R\$ 26.414.944, e se resumem em medidas de proteção ambiental, alargamento e recuperação estrutural de obras de arte especiais, contenções de encostas, adequação de interseções, aplicação de micro-asfalto, execução de terceiras-faixas de rolamento, drenagem, outros serviços emergenciais e serviços de conservação da rodovia. Tudo em conformidade com os contratos firmados entre as partes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma obrigação referente a serviços já faturados no montante de R\$ 22.603.780 (R\$ 35.986.495 em 2021). **8 - Parecimento de Impostos**

	2022	2021
Circulante:		
Imposto de renda - PJ	54.157	250.982
CÓFINS	1.326.984	1.558.592
PIS	265.846	113.153
INSS	695.300	258.673
CSLL	19.903	19.903
Encargos a Apropriar	(426.687)	(211.282)
	1.835.503	953.673
Não Circulante:		
Imposto de renda - PJ	121.853	176.010
CÓFINS	3.402.192	1.558.592
PIS	737.142	337.695
INSS	1.969.107	762.053
CSLL	44.780	64.682
Encargos a Apropriar	(1.194.350)	(524.617)
	5.080.724	2.374.415

**9 - Provisão para Investimentos em Obras Futuras** - Refere-se à provisão para os investimentos previstos para serem incorridos durante o exercício 2022, para fazer face aos custos de construção e melhoria na rodovia, conforme cronograma de investimentos previstos no contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma provisão no valor de R\$ 10.042.921 (R\$ 8.683.737 em 2021), para a realização dos investimentos futuros. Contudo deste total do montante sendo coberto pelo resultado de caixa operacional previsto no Orçamento de 2023. **10 - Contingências e Outras Contas a Pagar** - A Concessionária Rota 116 S/A., é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para contingência no montante de R\$ 197.235 (R\$ 192.911 em 2021), considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia também identificou o valor de R\$ 262.678 como causas possíveis de perda. Outro valor provisionado refere-se ao pagamento da Taxa de Regulação à AGETRANS, no montante de R\$ 36.235 (R\$ 31.911 em 2021). **11 - Provisão de Investimentos Futuros** - De acordo com a Cláusula Quinquagésima - Do Pagamento ao Contratante (Estado do Rio de Janeiro), do Contrato de Concessão nº 08/2001, o preço da outorga da concessão, atualizado em época, era de R\$ 190.652.788, sendo o seu valor original de R\$ 56.871.135 acrescido de atualizações monetárias realizadas tempestivamente. A GETRANS, em Sessão Regulatória de 1º de outubro de 2015, aprovou, através do art. 1º, da Deliberação nº 709/15, o Novo Plano Econômico e Financeiro do Contrato de Concessão, reequilibrando-o e, ajustando o cronograma de investimentos até o seu término. Sendo assim, foi autorizada a compensação do valor da Outorga, onde R\$ 44.312.959, foram compensados no ativo intangível e o saldo residual - R\$ 146.339.829, seriam utilizados na realização de investimentos futuros, conforme a Deliberação supracitada. Assim sendo, em 12 de abril de 2016, o Poder Concedente assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, dando eficácia aos termos da retro mencionada Deliberação. Restando um saldo de R\$ 85.079.497 de investimentos em obras referentes à compensação da Outorga, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma obrigação referente a investimentos em obras no valor de R\$ 22.541.965, totalmente integralizado, é representado por 22.541.965 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e, atalada à cláusula 47a, § 5o do Contrato de Concessão. **13 - Seguros** - Foram contratados com o objetivo de atender ao disposto no Contrato de Concessão, conforme descrito a seguir:

	2021	Vigência	Valor Segurado - R\$
<b>Objeto do Seguro</b>			
Garantia de Execução do Contrato de Concessão	13/03/2021 a 13/03/2022	13/03/2021 a 13/03/2022	6.950.497
Riscos Patrimoniais	22/03/2021 a 22/03/2022	22/03/2021 a 22/03/2022	56.871.135
Riscos de Engenharia	22/03/2021 a 22/03/2022	22/03/2021 a 22/03/2022	6.252.052
Perda de Faturamento Previsto no Período	22/03/2021 a 22/03/2022	22/03/2021 a 22/03/2022	70.730.906
Responsabilidade Civil	06/04/2021 a 06/04/2022	06/04/2021 a 06/04/2022	1.850.000
<b>Objeto do Seguro</b>			
Garantia de Execução do Contrato de Concessão	13/03/2022 a 13/03/2023	13/03/2022 a 13/03/2023	7.829.415
Riscos Patrimoniais	22/03/2022 a 22/03/2023	22/03/2022 a 22/03/2023	56.871.135
Riscos de Engenharia	22/03/2022 a 22/03/2023	22/03/2022 a 22/03/2023	8.683.737
Perda de Faturamento Previsto no Período	22/03/2022 a 22/03/2023	22/03/2022 a 22/03/2023	87.260.585
Responsabilidade Civil	06/04/2022 a 06/04/2023	06/04/2022 a 06/04/2023	1.850.000
<b>14 - Créditos Tributários</b> - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía prejuízos fiscais de R\$ 55.119.710 e base negativa de contribuição social de R\$ 59.017.877 a serem compensados com lucros tributáveis futuros, de			

#### DIRETORIA

Diretor Superintendente Geral: **Edvano Bittencourt Coutinho**

CONTADOR

Responsável: CRC-RJ: 115837/O-5 - **Edívar dos Santos Teixeira**

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Rota 116 S/A.**

**Nova Friburgo - RJ**

**Opinião sem**